



Relatório anual de acompanhamento da execução do **Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas** **2016**

**Relatório anual de acompanhamento da execução do
Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas
Centro Hospitalar do Médio Ave**

2016

O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas, aprovado em Outubro de 2011, foi revisto em dezembro de 2013 e tem sido objecto de um acompanhamento permanente por uma Comissão de Monitorização que foi alterada em virtude da alteração da composição do Conselho de Administração, nomeadamente do vogal executivo que tutela a área do Risco, ficando com a seguinte composição:

- Luis Andrade Moniz, vogal executivo;
- Jorge Manuel Mira Nobre Mourão, gestor do risco;
- Rosa Maria Oliveira Matias Alves, coordenadora do serviço financeiro;
- Cristina Maria dos Santos Calado Farinha Mourão, coordenadora do serviço de gestão de doentes;
- Miguel João de Brito Magalhães Lançós, coordenador do serviço de compras e património;
- Nuno Carvalho, coordenador do serviço de instalações e equipamentos;
- José Adélio da Silva Oliveira, coordenador do serviço de recursos humanos

Nos termos das suas atribuições e por referência ao previsto no supra referido Plano, relativamente ao acompanhamento da sua implementação e execução, privilegiaram-se as seguintes dimensões:

- Publicitação/divulgação;
- Avaliação de ocorrências;
- Melhoria contínua e revisão do Plano

Foram desenvolvidas em 2016 as seguintes actividades:

- Nas reuniões regulares da Comissão, foi monitorizada sectorialmente, pelos diversos responsáveis de área a existência de situações susceptíveis de serem enquadradas no âmbito dos riscos descritos no plano, não tendo sido detectada qualquer situação no ano de 2016.

- Não foi registado durante o ano nenhuma sugestão, reclamação ou participação no email no CHMA especificamente criado para este fim;

- Foi programado um processo de revisão do plano com reavaliação dos riscos elencados, no entanto em Novembro de 2016 foi realizada uma reunião pelo Conselho de Prevenção da Corrupção que transmitiu a orientação de após estes anos de sensibilização para a temática da corrupção, deve ser dada ênfase aos risco de gestão, temática que também já foi referida pelo Auditor interno como objecto de prioridade em futura revisão/forma de actuação;

- Com vista a assegurar o seu conhecimento/conteúdo, procedeu-se à divulgação interna do PGRCIC junto dos colaboradores, encontrando-se integralmente acessível na página de intranet e da internet do Centro Hospitalar

- Na sequência da última revisão do Plano, tinha sido reforçada a formação sobre o PGRCIC com vista a alcançar a maior consciencialização e atenção sobre esta temática, tendo sido planeada uma metodologia que permita alcançar o máximo de profissionais;

- Atendendo a que em 2014 foi dada formação aos profissionais médicos, em 2015 foi privilegiada a formação aos profissionais de enfermagem e administrativos, no ano de 2016 foi continuado este trabalho de com reforços naqueles grupos mas também alargando a outras carreiras. Com particular ênfase à questão de acumulação de funções e conflito de interesses.

- Foi ministrada formação sobre o PGRCIC a um total de 47 profissionais nos seguintes termos:

assistentes operacionais, num total de 7 profissionais.

técnicos de diagnóstico e terapêutica, num total de 17 profissionais

médicos, num total de 5 profissionais

técnicos superiores, num total de 3 profissionais

enfermeiros, num total de 15 profissionais

- Foi decidido continuar a divulgação em 2017.

Conclusão:

Já com alguns anos de trabalho desenvolvido a comissão continua a prestar a maior atenção à gestão desta temática no CHMA, como forma de consciencialização global para esta problemática, de forma complementar às actividades de controlo interno já efectuadas no âmbito da legislação aplicável, procurando incrementar a transparência e eficácia nas áreas críticas da gestão de valores públicos.

De acordo com as orientações mais recentes da CPC e com todo o manancial de sensibilização/formação interna já alcançado nos últimos anos que abrangeu os diversos grupos profissionais, a CM tratará no futuro de forma privilegiada os riscos de gestão (políticas, procedimentos, responsabilidades, boa gestão dos recursos públicos, transparência e equidade na tomada de decisões, cumprimento da legislação, entre outros).